CAMARÁ MINICIPAL DE AMAPA CNPJ: 04.194 494/0001-43 wanco nº 03 Praça Barão de m .. 450-000 B. Contro - : 65 . . AMERA RECEST O OF

AMAPÁ

ESTADO DO AMAPÁ CÂMARA MUNICIPAL DE AMAPÁ PALÁCIO VEREADOR LUCIMAR DOS PASSOS

CÂMARA MUNIC" 'L DE AMI Lido em sessão Oralimar Do dia 76-109/2025

PRESIDENTE

Pricila Negrão Maciel Diretora Legislativa

Porturia nº 022/2025-CMA

GABINETE DO VEREADOR DIEGO MONTEIRO MELO

PODER LEGISLATIVO

CAMARA MUNICIPAL DE AMAPA Aprovado em sessão Ordinaria do

dia 17/10/25, por 06 votos a favor e votos contras.

PROJETO DE LEI № 013/2025

CÂMARA MUNIC! ! L DE AMAP Lido em sessão | Do dia 17110

Dispõe sobre a destinação de madeira apreendida por órgãos de fiscalização ambiental às famílias em situação de vulnerabilidade social. mediante parceria entre Poder Executivo 0 Municipal e órgãos ambientais, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal, faço saber que a Câmara Municipal de Amapá aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar parcerias com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), órgãos ambientais estaduais, federais e demais entidades competentes, visando à destinação da madeira apreendida para fins de interesse social.

será destinada prioritariamente: Art. madeira apreendida I - a famílias em situação de vulnerabilidade social, devidamente cadastradas sociais programas II - a entidades assistenciais sem fins lucrativos, regularmente constituídas, que desenvolvam ações de caráter social; III - a projetos comunitários de interesse público reconhecidos pela administração municipal.

Art. 3º A seleção das famílias e entidades beneficiadas ficará a cargo da Secretaria Municipal de Assistência Social, observados critérios de



ESTADO DO AMAPÁ CÂMARA MUNICIPAL DE AMAPÁ PALÁCIO VEREADOR LUCIMAR DOS PASSOS PODER LEGISLATIVO GABINETE DO VEREADOR DIEGO MONTEIRO MELO

vulnerabilidade e necessidade, previamente regulamentados por ato do Poder Executivo.

- Art. 4º É vedada a comercialização, alienação ou qualquer forma de desvío de finalidade da madeira recebida, sob pena de exclusão definitiva do beneficiário dos programas e aplicação das sanções cabíveis.
- Art. 5º Caberá ao Poder Executivo Municipal regulamentar a presente Lei no prazo de até 60 (sessenta) dias a contar de sua publicação, definindo os procedimentos administrativos necessários à execução.
- Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões Lucimar dos Passos, em 22 de setembro de 2025.

Documento assinado digitalmente

DIEGO MONTEIRO MELO
Data: 22/09/2025 09:50:25-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Vereador Diego Monteiro Autor



ESTADO DO AMAPÁ CÂMARA MUNICIPAL DE AMAPÁ PALÁCIO VEREADOR LUCIMAR DOS PASSOS PODER LEGISLATIVO GABINETE DO VEREADOR DIEGO MONTEIRO MELO

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem por finalidade garantir a destinação social da madeira apreendida em operações de fiscalização realizadas por órgãos ambientais.

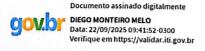
Atualmente, a madeira apreendida muitas vezes permanece inutilizada ou é destinada a leilões, sem atender de forma direta às necessidades da população mais vulnerável. Com esta proposta, o Município, em parceria com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), órgãos ambientais estaduais, federais e demais entidades competentes, poderá transformar um passivo ambiental em um instrumento de inclusão social.

A medida possibilitará que famílias em situação de vulnerabilidade social, devidamente cadastradas em programas municipais, recebam madeira para construção, reparos de moradia e outras necessidades básicas. Além disso, entidades assistenciais e projetos comunitários também poderão ser beneficiados, fortalecendo o trabalho social desenvolvido em nossa cidade.

Trata-se de uma iniciativa que alia justiça social e sustentabilidade, promovendo a correta utilização de recursos apreendidos e dando nova destinação a materiais que, de outra forma, poderiam se perder ou ser subutilizados.

Diante disso, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste Projeto de Lei, por se tratar de medida de relevante interesse público.

Sala das Sessões Lucimar dos Passos, em 22 de setembro de 2025.



Vereador Diego Monteiro Auto